



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2020 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 167/2020

Lisboa 2021

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 1 do artigo 13º, da Subsecção II do Decreto-Lei nº 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção referentes ao ano 2020.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que aconteceram ao longo do ano 2020, nesta Instituição, mostrando também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2020.

Seguidamente apresenta-se de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2020.

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

O ano de 2020, caracterizado por um contexto excepcional derivado da Pandemia Covid-19, decorreu, em todas as suas vertentes, de uma forma atípica, nomeadamente pelos desafios e incertezas que esta realidade tão desconhecida, trouxe ao normal funcionamento das actividades da Instituição.

Efectivamente, foi conseguida a manutenção da normalidade possível, na vida das Crianças, assim como dos funcionários do Refúgio Aboim Ascensão, obrigando a um esforço acrescido de Todos. De todo o modo, os diversos Departamentos, realizaram as suas actividades de acordo com as premissas, missão e objectivos da Emergência Infantil – “Pelo Direito ao Colo”. Assim,

1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira

1) Cooperação com o Estado

Ao nível dos Acordos foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente, o que obrigou a uma pressão e acompanhamento ainda mais efectivos e constantes por parte do Director do Refúgio Aboim Ascensão (RAA).

2) Fundraising

O exercício de 2020 foi, neste capítulo, particularmente difícil, uma vez que, em contexto de Pandemia, com os eventos e visitas restringidas na sua quase totalidade, o esforço de consolidação e/ou intensificação dos apoios existentes obrigou a uma multiplicação de contactos, pelas formas e vias possíveis, ainda mais persistentes e, necessariamente, eficazes.

Apesar deste novo enquadramento, continuamos a salientar o contínuo apoio manifestado pela Sociedade Civil, através dos donativos e consignação de IRS, que muito nos orgulha e responsabiliza.

c. Jurídica e Regulamentar

Quatro grandes vertentes:

- a. **Direito das Crianças:** acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.
- b. **Recursos Humanos:** Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.
- c. **Gestão corrente:** Apoio técnico ao nível das questões relacionados com a gestão do património da Associação, assim como com a gestão dos processos de aquisição de novo património decorrente da atividade de mecenas e apoiantes da causa do RAA.
- d. **Gestão associativa:** Apoio técnico ao nível da elaboração de toda a documentação legal necessária para a prossecução da atividade do RAA.

d. Médica

Para além do quanto é do conhecimento do Ministério da Saúde, a conjuntura de Pandemia, num enquadramento tão específico como é o do acolhimento de Crianças de muito baixa idade, com todos os seus antecedentes pessoais e familiares e ainda as patologias que tantas vezes lhes estão associadas, originou dificuldades acrescidas na área médica. De todo o modo, e mantendo a protecção total das nossas Crianças em relação aos riscos inerentes à COVID-19, foi possível o continuado apoio médico especializado, em todas as vertentes, mantendo-se as deslocações frequentes a consultas nas mais diversas especialidades, quer na região do Algarve, quer fora dela. Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA catorze (14) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico manteve-se, apesar da nova realidade que se viveu durante mais de ¾ do ano de 2020.

e. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2020. A tipologia das crianças acolhidas requer esforços suplementares nesta actividade. Apesar dos condicionalismos relacionados com a Pandemia, ao nível dos Tribunais, com sucessivos estados de emergência e confinamentos mais ou menos restritivos, foi possível manter o correlato jurídico das decisões em Tribunal e que continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeutas, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de 28 (vinte oito) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

f. Social

No ano de 2020 foram integradas nas suas famílias biológicas e adoptivas mais de duas dezenas de crianças (25).

Como do antecedente demos continuidade, e com os novos meios disponíveis:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de sete (7) relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;
- Ao acompanhamento de cerca de dez (10) crianças no período de vinculação observada para a adopção;

g. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos - Ensino básico (1.º ciclo) – Frequentaram 19 Crianças
- Ensino Básico (2ºciclo) – Frequentaram 9 Crianças

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear, e apesar de todas as condicionantes largamente conhecidas derivadas da COVID-19 foram desenvolvidas actividades para que as crianças pudessem ter usufruído de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados. No que foi possível, e tendo em conta a prevalência de uma componente médico-sanitária que envolva Crianças e Funcionárias, mantivemos a relação com o exterior e toda a envolvente.

b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional, agora numa realidade à distância, com a utilização dos meios informáticos disponíveis

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu, também através das plataformas informáticas disponíveis.

h. Voluntariado

No ano de 2020 contámos com apoio a este nível, apenas, até meados do Mês de Março, por considerarmos ser um risco acrescido continuarmos a ter esta actividade, dada a nova realidade, decorrente da situação pandémica.

O projecto de Voluntariado de Apoio ao Estudo, com Voluntários a apoiar as Educadoras de Infância, nas actividades escolares realizadas com as Crianças que frequentam o 1.º e 2.º ciclo, do ensino básico, contou, apenas, com 2 Voluntárias.

O apoio Voluntário, externo, na área da Medicina, de Médicos especialistas nas áreas da Dermatologia, Oftalmologia e Estomatologia, continuou a decorrer.

O Intercâmbio anual de Voluntariado com alunas e professoras do Colégio Inglês, “The Holy Cross School”, não decorreu com a calendarização prevista, sendo apenas possível a presença de um grupo (de 17 a 21 de Fevereiro).

Na área da Estética, este ano continuámos a contar com o apoio de várias cabeleireiras que, a título voluntário, se disponibilizaram para cortar e pentear os cabelos das nossas Crianças. Contudo, a partir do 2.º trimestre, deixou de haver possibilidade quer, das deslocações aos salões quer, da deslocação das profissionais à Instituição.

Durante o ano lectivo o Voluntariado decorre ao fim-de-semana, ou em períodos em que haja necessidade. Para além deste Voluntariado habitualmente, também, decorrem outras actividades pontuais e, a título voluntário, dinamizadas/realizadas, durante o ano, tais como: peças de teatro, actividades de expressão plástica, ateliers diversificados, actividades desportivas, dinamização/contagem de Histórias, entre outras. Também estas actividades foram suspensas.

A actividade de voluntariado no Verão organiza-se por quinzenas. Antes dos Voluntários iniciarem é realizada uma acção de formação e efectuada reunião para explicar aos voluntários todos os procedimentos inerentes à actividade. Posteriormente segue-se visita com o grupo de voluntários, com o objectivo de mostrar as instalações, dar a conhecer o trabalho desenvolvido na Instituição, de apresentar os voluntários aos funcionários e efectivar-se o acolhimento dos mesmos no ambiente Institucional. Este ano o Voluntariado de Verão não se realizou.

Ou seja, no ano de 2020 o Voluntariado decorreu apenas no primeiro trimestre, sendo posteriormente suspenso devido à Pandemia.

i. Visitas

Janeiro

11 – Visita de um grupo de militantes da Juventude Social Democrata - JSD.

Junho

01 – Secretária de Estado da Acção Social, Dr.^a Rita da Cunha Mendes.

Presença apenas nas áreas do Gabinete do Director e Salão Nobre, onde foi apresentado o Modelo de “Emergência Infantil”

Agosto

06 - Presença de Mark Robson, filho do falecido Sir Bobby Robson, Treinador de Futebol Britânico e, sua esposa. Família Benemérita da Instituição.

Setembro

17 - Presença da Modelo, Actriz e Embaixadora Humanitária Tasha Sandra Mota e Cunha de Vasconcelos, com o objectivo de apoiar a Instituição.

j. Eventos

Foi possível, a realização dos seguintes eventos:

Janeiro

14 – Entrega de donativo pelo Grupo “*Os Mosqueteiros*”, no âmbito da campanha «*Votos que valem Festas Felizes*», que decorreu durante o Mês de Dezembro, com a actriz Sara Prata, que apadrinou a Instituição nesta campanha, e convidou os Portugueses a partilhar esses mesmos votos felizes, votando no Refúgio Aboim Ascensão. Por cada voto, o grupo doou 2 euros ao Refúgio.

31 - Missa do 87.º Aniversário do Refúgio Aboim Ascensão, com celebração Eucarística, no Convento de Nossa Senhora Rainha do Mundo, no Carmelo, Patacão, em louvor de Nossa Senhora do Leite, padroeira do Refúgio Aboim Ascensão, celebrada por intenção de Rodrigo António Aboim Ascensão instituidor da Associação Protectora da Primeira Infância (1901- Lisboa) bem como de Manuel Aboim Ascensão de Sande e Lemos, fundador do Refugio Aboim Ascensão (1933 - Faro), de seus filhos Rodrigo, Maria da Piedade e António Sande e Lemos e, de Dina Maria Ribeiro Costa (1985 - Faro).

Março

06 e 07 – “Algarve Trade Experience 2020” – 8.ª Edição do Maior Evento Nacional de Bebidas - Organização da Garrafeira Soares, com o apoio da Câmara Municipal de Silves. O qual reuniu produtores de vinhos, espirituosos, mixologistas, brand ambassadors, brand builders e bartenders de grandes marcas nacionais e internacionais.

Durante o evento os visitantes puderam assistir a workshops variados, provas de vinhos, espectáculos com animação de DJs convidados, música ao vivo e finger food para todos os gostos. O valor do bilhete diário e para 2 dias, reverteu na íntegra para o Refúgio Aboim Ascensão. O evento realizou-se na Fábrica do Inglês, em Silves.

06 - Jantar Anual de Beneficência organizado pelo famoso Comediante e Amigo, Jimmy Tarbuck, realizado na Quinta do Lago, em Vale do Lobo, Almancil.

Junho

01 - Entrega de donativo pela Sociedade da Água de Monchique (SAM), destinado à aquisição de brinquedos, que foram distribuídos no Dia Mundial da Criança. Oferta integrada na política de responsabilidade social da Sociedade da Água de Monchique. Pretendeu proporcionar um dia diferente às Crianças que residem na Instituição, numa data em que o direito a brincar é lembrado de forma especial. O donativo foi entregue pela Coordenadora da Unidade Fabril da Água Monchique, Dr.ª Élia Pereira, e por um dos Administradores da SAM, Dr. José Almeida.

28 - “Pela Estrada Nacional 2 Rumo a Tóquio” - Iniciativa realizada de 24 a 28 de Junho, que integrou a campanha “Pedalar é vital, inspira Portugal”, lançada pela Federação Portuguesa de Ciclismo. Na qual ciclistas pré-olímpicas, Maria Martins e Raquel Queirós, que ligaram Chaves a Faro, pela EN2, numa viagem de 5 dias, percorrendo mais de 700 quilómetros, presentearam as crianças do Refúgio Aboim Ascensão com bicicletas e conjunto de capacetes. A iniciativa decorreu no Largo de São Sebastião, junto ao busto edificado em homenagem ao Coronel Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, próximo da Instituição.

A entrega das bicicletas inseriu-se na campanha da Federação Portuguesa de Ciclismo para motivar os Portugueses a recorrerem cada vez mais à bicicleta, em diferentes contextos: competição, treino, lazer, turismo e deslocações quotidianas.

Mecenato

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio, ainda mais neste ano tão desafiante e inesperadamente complexo. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Lusíadas Saúde
- Brian and Rosie Sunderland
- BP Portugal
- Altice / Pontos MEO
- Laboratórios Sarbec / Corine de Farme
- Maria Graciete Fernandes Teixeira
- Miele Portuguesa
- Mark Robson
- Bob Tweddy

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro permitem que as crianças, com idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

Horta do Canto

▪ **Arrendamento**

Continua arrendada a parcela urbana deste imóvel, artigo matricial U-4633.

Foi arrendado, pelo prazo de trinta anos e para Fins Não Habitacionais, o imóvel descrito na Conservatória do Registo Predial de Faro sob o n.º 4778, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 32.º, secção H, da união das freguesias da Sé e S. Pedro.

▪ **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

Imóvel Rua Ascensão Guimarães 1, Faro - Casa de Fresco

Terminaram as obras de recuperação e restauro e foram executados e entregues na Camara Municipal de Faro os projectos de arranjos do espaço exterior envolvente à Casa de Fresco da Antiga Quinta do Cercado e consequente pedido de licenciamento.

O projecto de arranjos exteriores teve em consideração a obra de restauro da construção e muro existente e pretende-se implementar um arranjo do espaço exterior que permita o seu usufruto para diversas actividades, tirando partido da construção existente e de uma área exterior muito próxima das instalações do Refúgio. As actividades serão diversificadas, podendo receber tempos de lazer e reunião de crianças, eventos mais alargados a adultos e crianças, de carácter lúdico, social ou mesmo cultural.

Desde o início que esta empreitada é acompanhada pela Camara Municipal de Faro.

Assembleias Gerais

Em 2020 realizaram-se três Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 28 de Maio de 2020, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2019.
- Assembleia Ordinária realizada a 26 de Novembro de 2020, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2021; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2021; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2021.

- Assembleia Extraordinária realizada a 26 de Novembro de 2020, cuja ordem de trabalhos foi: Eleição dos novos Corpos Sociais para o quadriénio 2021-2024.

Corpos Sociais Quadriénio 2021-2024:

Assembleia Geral

Presidente	Dr. João Miguel Pizarro de Sande e Lemos
Vice - Presidente	Dr. Tiago Norton dos Reis Andrade e Sousa
Secretário	Dr. Fernando Franco Pizarro de Sampaio e Melo

Direcção

Presidente	Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá
Director Geral	Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos
Tesoureiro	Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos
Vogal	Cor. Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques
Vogal	Sra. D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos

Conselho Fiscal

Presidente	Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos
Vogal	Dr. António Luis Isidro de Pinho
Vogal	Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro

Massa associativa

Em 2020 faleceram três associados e desistiu um.

Contas da Direcção

Num exercício pautado pela incerteza e dificuldades decorrentes desta nova e por todos desconhecida realidade, verificou-se um aumento dos Gastos relacionados, nomeadamente com a aquisição de equipamentos de protecção individual, desinfectantes e outros; adequação de espaços ao plano de contingência elaborado; com a manutenção das visitas dos familiares às Crianças

acolhidas em perfeitas condições de segurança; com os desafios, em termos de meios humanos e técnicos do ensino à distância, em contexto de confinamento e encerramento das escolas.

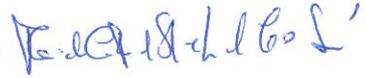
Ao nível dos rendimentos, e apesar da manutenção dos Protocolos estabelecidos com o Estado, nas condições existentes em exercícios anteriores e da persistência, em níveis similares, da receita relacionada com a consignação do 0,5% do IRS, o enquadramento legal dos sucessivos estados de emergência decretados, impossibilitaram a realização de eventos que tradicionalmente decorriam, organizados por Mecenas Estrangeiros, assim como dos donativos monetários da Ryanair, condicionados pela quase inexistência de operação aérea. A quebra desta origem de rendimentos, de importância fulcral para a Instituição foi, apesar de tudo, parcialmente colmatada por outros, de fontes diversas.

Continua a fazer parte da realidade do acolhimento temporário e precoce - Emergência Infantil – de Crianças na faixa etária 3-4 anos e 6 ou mais anos, a necessidade de se edificar e dispor de um espaço mais adequado ao crescimento e desenvolvimento daquelas Crianças, em matéria de cubiculação e/ou confinamento.

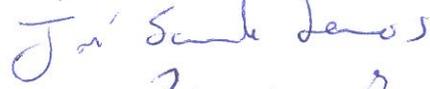
A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, se saldou com um resultado negativo de 22.049,00€.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2021

A Direcção

Prof. Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá 

Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos 

Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos 

Cor. Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques 

D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos 



Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de dezembro de 2020 e 2019	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2020 e 2019	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.....	6
Anexo.....	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação.....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	17
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6. Propriedades de investimento	19
7. Ativos Intangíveis	19
8. Inventários	20
9. Rédito	20
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
11. Instrumentos financeiros	21
11.1. Investimentos financeiros	21
11.2. Estado e Outros Entes Públicos	21
11.3. Créditos a receber	22
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	22
11.5. Fornecedores.....	22
11.6. Outros passivos correntes	23
12. Benefícios dos empregados	23
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	23
14. Outras Informações.....	24
14.1. Diferimentos	24
14.2. Fundos Patrimoniais	24
14.3. Fornecimentos e serviços externos	25
14.4. Outros rendimentos	27
14.5. Outros gastos.....	27
14.6. Acontecimentos após data de Balanço	27

Balço em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Balço em 31 de Dezembro de 2020

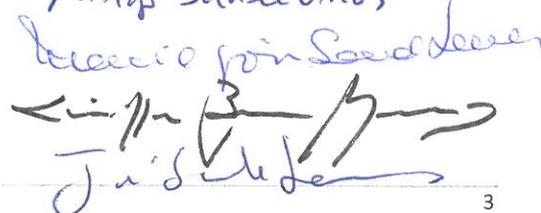
Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.702.830,32	1.536.092,58
Investimentos financeiros	11.1	6.466,68	5.028,96
Subtotal		1.709.297,00	1.541.121,54
Ativo corrente			
Inventários	8	188.647,38	201.929,23
Créditos a receber	11.3	45.097,49	46.413,59
Estado e outros Entes Públicos	11.2	2.211,54	1.391,45
Diferimentos	14.1	34.098,73	46.270,05
Caixa e depósitos bancários	11.4	3.359.112,13	3.362.116,47
Subtotal		3.629.167,27	3.658.120,79
Total do Ativo		5.338.464,27	5.199.242,33
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.2	122.199,75	122.199,75
Reservas	14.2	287.432,29	287.432,29
Resultados transitados	14.2	3.764.563,50	3.746.130,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	841.500,27	703.588,08
Resultado Líquido do período		(22.048,93)	18.433,22
Total dos Fundos Patrimoniais		4.993.646,88	4.877.783,62
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	39.808,27	40.629,56
Estado e outros Entes Públicos	11.2	43.433,74	39.434,93
Diferimentos	14.1	24.165,37	17.086,84
Outros passivos correntes	11.6	237.410,01	224.307,38
Subtotal		344.817,39	321.458,71
Total do Passivo		344.817,39	321.458,71
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		5.338.464,27	5.199.242,33

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Rui Santos
 Diretor


Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	165,00	155,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.871.026,82	1.823.024,16
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumida	8	(246.137,59)	(214.825,17)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(454.744,61)	(468.605,18)
Gastos com o pessoal	12	(1.797.276,08)	(1.700.602,85)
Outros rendimentos	14.4	820.080,78	787.921,43
Outros gastos	14.5	(86.657,01)	(49.272,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.457,31	177.795,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(128.506,24)	(159.361,82)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(22.048,93)	18.433,22
Resultados antes de impostos		(22.048,93)	18.433,22
Resultado líquido do período		(22.048,93)	18.433,22

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção

R. G. S.
Relatório Sociedade
Associação para Saúde
Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão
J. S. S.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Demonstração dos Fluxos De Caixa

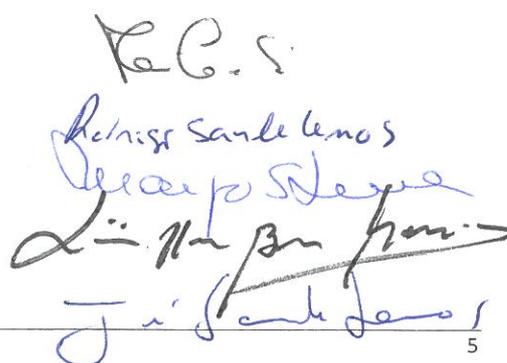
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Rubricas	Notas	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		(608 798,52)	(575 750,03)
Pagamentos ao pessoal		(1 281 930,62)	(1 203 039,66)
Caixa gerada pelas operações		(1 890 729,14)	(1 778 789,69)
Outros recebimentos/pagamentos		(664 331,21)	(551 123,74)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 555 060,35)	(2 329 913,43)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(17 997,19)	(97 428,08)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			25 942,61
Investimentos financeiros		74 249,72	57 938,84
Juros e rendimentos similares		1 197,91	3 101,01
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		57 450,44	(10 445,62)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		314 940,67	335 766,06
Outras operações de financiamento		2 179 664,90	2 119 897,01
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		2 494 605,57	2 455 663,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(3 004,34)	115 304,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 362 116,47	3 246 812,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	3 359 112,13	3 362 116,47

O Contabilista Certificado



A Direção



Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2020	6	122.199,75	287.432,29	3.746.130,28	703.588,08	18.433,22	4.877.783,62	4.877.783,62
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				18.433,22	137.912,19	(18.433,22)	137.912,19	137.912,19
	7	-	-	18.433,22	137.912,19	(18.433,22)	137.912,19	137.912,19
Resultado Líquido do Período	8					(22.048,93)	(22.048,93)	(22.048,93)
Resultado Integral	9=7+8					(40.482,15)	115.863,26	115.863,26
Operações com Instituidores no Período								
	10	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2020	6+7+8+10	122.199,75	287.432,29	3.764.563,50	841.500,27	(22.048,93)	4.993.646,88	4.993.646,88

Montantes expressos em Euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

O Contabilista Certificado



A Direção

R. G. S.
 Rui Gomes
 João Paulo
 João Paulo
 João Paulo

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2019

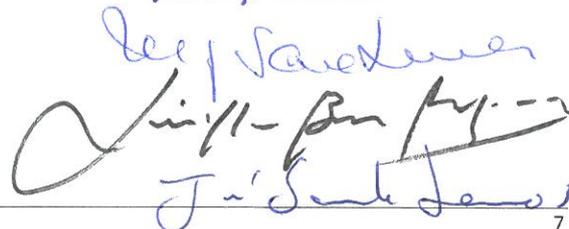
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2019	1	122.199,75	287.432,29	3.375.927,29	705.390,33	370.202,99	4.861.152,65	4.861.152,65
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				370.202,99	(1.802,25)	(370.202,99)	(1.802,25)	(1.802,25)
	2	-	-	370.202,99	(1.802,25)	(370.202,99)	(1.802,25)	(1.802,25)
Resultado Líquido do Período	3					18.433,22	18.433,22	18.433,22
Resultado Integral	4=2+3					(351.769,77)	16.630,97	16.630,97
Operações com Instituidores no Período								
	5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2019	6=1+2+3+4	122.199,75	287.432,29	3.746.130,28	703.588,08	18.433,22	4.877.783,62	4.877.783,62

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Rui Carlos
 Diretor Geral

 Rui Carlos

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 11.6) e “Diferimentos” (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “*Ativos Fixos Tangíveis*”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em curso*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles

LUB
JSE
100
100

A

permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

Handwritten signatures and initials: JSL, LRB, RA, and another signature.

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

Clientes, utentes e outros créditos a receber

Os “*Cientes e utentes*” e os “*Outros créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

JSL
LPA
buss
L

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Handwritten signatures and initials: JSL, LAB, and a large signature on the right margin.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/ transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2014 a Associação adotou o sistema de duodécimos como política de depreciação ou amortização para os seus Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento, em detrimento do sistema de quotas anuais que vigorou até 2013.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2019 e 2020, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Depreciações	Alienações / Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
Custo				
Terrenos e recursos naturais	424.189,10	34.500,11	-	458.689,21
Edifícios e outras construções	1.795.960,91	103.500,34		1.899.461,25
Equipamento básico	503.000,09	10.143,32	(4.792,32)	508.351,09
Equipamento de transporte	605.504,66		(37.409,85)	568.094,81
Equipamento administrativo	350.747,60	11.853,87	(4.415,52)	358.185,95
Outros Ativos fixos tangíveis	205.555,43			205.555,43
Obras em curso		135.956,96		135.956,96
Total	3.884.957,79	295.954,60	(46.617,69)	4.134.294,70
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(891.222,06)	(34.921,56)	-	(926.143,62)
Equipamento básico	(461.876,20)	(15.138,40)	4.081,70	(472.932,90)
Equipamento de transporte	(467.357,55)	(67.340,29)	37.409,85	(497.287,99)
Equipamento administrativo	(331.624,88)	(8.288,38)	4.415,52	(335.497,74)
Outros Ativos fixos tangíveis	(196.784,52)	(2.817,61)	-	(199.602,13)
Total	(2.348.865,21)	(128.506,24)	45.907,07	(2.431.464,38)
Total Líquido	1.536.092,58	167.448,36	(710,62)	1.702.830,32

31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Depreciações	Alienações / Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo				
Terrenos e recursos naturais	424 189,10	-	-	424 189,10
Edifícios e outras construções	1 795 960,91			1 795 960,91
Equipamento básico	497 540,47	10 611,22	(5 151,60)	503 000,09
Equipamento de transporte	598 268,46	74 204,98	(66 968,78)	605 504,66
Equipamento administrativo	344 764,93	15 545,49	(9 562,82)	350 747,60
Outros Ativos fixos tangíveis	204 106,43	1 449,00		205 555,43
Total	3 864 830,30	101 810,69	(81 683,20)	3 884 957,79
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(858 370,50)	(32 851,56)		(891 222,06)
Equipamento básico	(438 711,64)	(23 231,70)	67,14	(461 876,20)
Equipamento de transporte	(410 913,91)	(120 790,58)	64 346,94	(467 357,55)
Equipamento administrativo	(337 932,91)	(6 516,48)	12 824,51	(331 624,88)
Outros Ativos fixos tangíveis	(196 667,06)	(3 308,94)	3 191,48	(196 784,52)
Total	(2 242 596,02)	(186 699,26)	80 430,07	(2 348 865,21)
Total Líquido	1 622 234,28	(84 888,57)	(1 253,13)	1 536 092,58

Handwritten notes and signatures:
J/L
R/S
21/3

O valor registado em “aquisições” de terrenos e edifícios no valor total de 138.000,45 euros refere-se ao donativo do apartamento Quinta do Lago-Aldeamento Victory Village.

6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2019 e 2020:

31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Depreciações	Abates	Saldo em 31-Dez-2020
Custo				
Programas de Computador	11.409,94			11.747,94
Total	11.409,94	-	-	11.409,94
Depreciações acumuladas				
Programas de Computador	(11.409,94)	-		(11.409,94)
Total	(11.409,94)	-	-	(11.409,94)
Total Líquido	-	-	-	-
31 de dezembro de 2019				
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Depreciações	Abates	Saldo em 31-Dez-2019
Custo				
Programas de Computador	11.747,94		(338,00)	11.747,94
Total	11.747,94	-	(338,00)	11.409,94
Depreciações acumuladas				
Programas de Computador	(11.747,94)		338,00	(11.409,94)
Total	(11.747,94)	-	338,00	(11.409,94)
Total Líquido	-	-	-	-

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2020

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	201.929,23	91.431,76	141.424,98	(246.138,59)	188.647,38
Total	201.929,23	91.431,76	141.424,98	(246.138,59)	188.647,38

31 de dezembro de 2019

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	181 595,26	184 955,76	50 203,38	(214 825,17)	201 929,23
Total	181 595,26	184 955,76	50 203,38	(214 825,17)	201 929,23

9. Rédito

Durante os exercícios de 2020 e 2019 os réditos obtidos provêm na sua totalidade de quotizações dos associados. As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores	165,00	155,00
Total	165,00	155,00

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Handwritten signatures and initials:
 DFB
 KESL
 JSL

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo:		
Centro regional da Segurança Social	1.523.642,82	1.475.890,16
Autarquias	250,00	-
Ministérios	347.134,00	347.134,00
Total	1.871.026,82	1.823.024,16

11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2020 e 2019, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

11.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	6.211,32	4.773,60
Total	6.466,68	5.028,96

11.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

JSL
ZMB
MBA
Kess
R

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.211,54	1.391,45
Total	2.211,54	1.391,45
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.889,00	10.476,25
Segurança Social	31.285,66	28.699,60
FCT e FGCT	259,08	259,08
Total	43.433,74	39.434,93

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2020.

11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	6.244,23	9.919,23
Adiantamentos a Fornecedores gerais	1.348,80	85,07
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas	3.439,78	23.515,33
Outros Devedores	34.064,68	12.893,96
Total	45.097,49	46.413,59

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	8.123,49	7.504,90
Depósitos à ordem	378.941,97	430.611,57
Depósitos a prazo	2.972.046,67	2.924.000,00
Total	3.359.112,13	3.362.116,47

11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação com maturidade inferior a 30 dias.

UB JSC
2020
2019

Descrição	2020	2019
	Passivo	Passivo
Fornecedores c/c	39.808,27	40.629,56
Total	39.808,27	40.629,56

11.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	209 366,49	205 464,53
Outros acréscimos de gastos	21 693,43	14 747,39
Outros credores	6 350,09	4 095,46
Total	237 410,01	224 307,38

12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2019 e 2020 foi de "91" e "93", respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8, sendo remunerado o presidente do conselho fiscal sob a forma de prestação de serviços.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	1.450.666,64	1.361.856,91
Indemnizações	-	169,84
Encargos sobre as Remunerações	290.631,21	283.508,95
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	16.783,12	15.422,20
Outros Gastos com o Pessoal	39.195,11	39.644,95
Total	1.797.276,08	1.700.602,85

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação.

14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Gastos diversos a reconhecer	34.098,73	46.270,05
Total	34.098,73	46.270,05
Descrição	2020	2019
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	4.415,62	2.768,82
Outros rendimentos a reconhecer	19.749,75	14.318,02
Total	24.165,37	17.086,84

Os “Gastos diversos a reconhecer” são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido será reconhecido como um donativo em espécie.

14.2. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

MP JIC
24
PA

31 de dezembro de 2020

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 746 130,28			18 433,22	3 764 563,50
O. variações fundos patrimoni	703 588,08	142 980,45	(5 068,25)	-	841 500,28
Resultado do Exercício	18 433,22		(22 048,93)	(18 433,22)	(22 048,93)
Total	4 877 783,62	142 980,45	(27 117,18)	-	4 993 646,89

31 de dezembro de 2019

Descrição	Saldo em 01-12-2019	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2019
Fundos	122.199,75	-	-	-	122.199,75
Reservas	287.432,29	-	-	-	287.432,29
Resultados transitados	3.375.927,29			370.202,99	3.746.130,28
O. variações fundos patrimoni	705.390,33	-	(1.802,25)	-	703.588,08
Resultado do Exercício	370.202,99	18.433,22	-	(370.202,99)	18.433,22
Total	4.861.152,65	18.433,22	(1.802,25)	-	4.877.783,62

Anualmente, da rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”, são transferidos para “Outros rendimentos” os valores relativos à depreciação dos ativos doados.

14.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

JRL MA
LFB
LFB

Descrição	2020	2019
Trabalhos especializados	24 395,30	22 911,25
Publicidade e propaganda	885,60	2 196,77
Vigilância e segurança	125,65	-
Honorários	93 468,50	92 284,63
Conservação e reparação	70 161,04	92 682,08
Serviços bancários	1 709,09	1 677,58
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	47 952,45	31 392,66
Livros e documentação técnica	-	50,00
Material de escritório	9 898,67	9 721,46
Artigos para oferta	1 449,94	1 505,31
Outros serviços	6 292,52	7 193,83
Eletricidade	59 236,28	51 798,03
Combustíveis	23 072,69	32 392,25
Água	15 590,56	11 854,05
Gás	6 541,75	7 625,56
Deslocações, estadas e transportes	5 827,11	15 418,17
Comunicação	30 214,34	24 841,18
Contencioso e notariado	417,80	963,20
Seguros	5 925,12	5 791,84
Despesas de Representação	3 318,84	5 709,60
Limpeza, higiene e conforto	10 187,14	4 348,24
Encargos de saúde com utentes (Prod.	21 188,15	19 383,88
Outros	16 886,07	26 863,61
Total	454 744,61	468 605,18

WB JSL
leer 26
RA

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	59 781,04	50 426,04
Consignação de IRS	235 970,22	242 589,13
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	-	23 976,19
Rendas de imóveis	79 269,89	67 164,21
Correções relativas a períodos anteriores	35 253,43	423,52
Depreciação de Activos Fixos Doados	5 068,26	1 802,25
Benefícios de penalidades contratuais	4 608,00	1 123,74
Donativos em espécie	128 892,71	88 216,22
Donativos monetários	217 076,17	296 138,38
Processos de tribunal	51 763,35	12 766,76
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	954,03	2 371,71
Outros	1 443,68	923,28
Total	820 080,78	787 921,43

14.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	2.029,90	2.312,46
Perdas em inventários	71.729,70	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:		
Abates	171,04	22,36
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	3.809,74	33.187,29
Donativos		85,00
Quotizações	1.471,99	1.265,72
Apoio pecuniário a carenciados	3.101,00	3.101,00
Apoio em espécie	1.460,86	256,10
Outros não especificados	2876,66	9.036,25
Juros de mora e compensatórios	6,12	6,17
Total	86.657,01	49.272,35

14.6. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

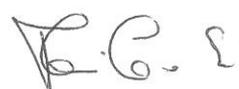
JIL
LIB 27
berse
MSA

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 18 de fevereiro de 2021.

O Contabilista Certificado



A Direção



Rui Santos
Responsável
~~Alcides Mendes~~
~~Juana Santos~~